



NAS TRILHAS COLETIVAS DA RESISTÊNCIA SERVIÇO SOCIAL E LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

In the collective trails of resistance
Social Service and social struggles in latin america

Marilda Villela Iamamoto*

 <https://orcid.org/0000-0002-4838-1290>

RESUMO

Este texto analisa o Serviço Social na história recente em *Nuestra América*, colocando em relevo o compromisso com os sujeitos sociais com quem se trabalha e suas formas coletivas de expressão na defesa da vida e dos direitos humanos e sociais. As desigualdades e lutas sociais condensadas na “questão social” estão na base das requisições que se apresentam aos assistentes sociais no mercado de trabalho; no Estado, nas suas políticas públicas; nas empresas e organizações privadas não lucrativas; e na atuação direta com movimentos sociais. O texto consta de: a) Introdução, que situa os conflitos na Amazônia e os efeitos da combinação entre crise e pandemia mundial da COVID-19; b) Banalização da vida humana: crise do capital e questão social, salientando algumas expressões das desigualdades na América Latina; c) O Serviço Social na história como ângulo de análise e seus vínculos com as organizações, movimentos e projetos sociais das classes subalternas no Brasil; d) Desafios ao Serviço Social nas trilhas coletivas da resistência na atualidade.

PALAVRAS-CHAVES

Fundamentos do Serviço Social; Serviço Social na história; Serviço Social na América Latina; Classes trabalhadoras e lutas sociais.

ABSTRACT

This text analyzes Social Work in recent history in *Nuestra América*, highlighting the commitment to the social subjects that work and their collective forms of expression in the defense of life and human and social rights. The inequalities and social struggles condensed in the “social question” are at the base of the requests that are presented to social workers in the labor market, in the State in its public policies, in non-profit private companies

* Assistente Social. Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil). Professora titular aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Atua no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ e coordena o Núcleo de Estudos “Estado, classes trabalhadoras e Serviço Social” (NECLATSS) do Centro de Estudos Octavio Ianni (CEOI). E-mail: mviyamamoto@uol.com.br

DOI 10.22422/temporalis.2022v22n44p18-42



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

and organizations and in direct action with social movements. The text consists of: a) Introduction that situates the conflicts in the Amazon and the effects of the combination between the crisis and the global pandemic of COVID-19; b) Banalization of human life: capital crisis and social issue, highlighting some expressions of inequalities in Latin America; c) Social Work in history as an angle of analysis and its links with organizations, movements and social projects of the subaltern classes in Brazil; d) Challenges to Social Work in the collective paths of resistance today.

KEY WORDS

Fundamentals of Social Work; Social Work in history; Social Work in Latin America; Working classes and social struggles.

Apresentação

O Serviço Social na América Latina, há mais de quatro décadas, tem selado fecundos compromissos com os sujeitos que são o alvo prioritário do trabalho de assistentes sociais: trabalhadores e trabalhadoras, na sua unidade de diversidades de gênero, sexo, raça, território, geração, suas condições de vida e formas coletivas de expressão na defesa cotidiana da vida, dos direitos humanos e sociais. São elas que se *metamorfoseiam em requisições sociais para assistentes sociais no mercado de trabalho: nas políticas públicas, nas empresas e nas organizações privadas não lucrativas, além da relação profissional direta com os movimentos sociais.*

A pauta temática, presente nas manifestações públicas das classes subalternas, inclui múltiplas lutas: pela terra e defesa do licenciamento ambiental, contra a grilagem de terras; dos assalariados por condições de trabalho e melhorias salariais, contra o desemprego e a precarização do trabalho; contra o racismo estrutural e institucional ante a majoritária população negra; dos quilombolas por seu território, cultura e apoio à sua produção; das nações e comunidades indígenas na defesa de seu patrimônio cultural, da demarcação e titularização de suas terras, constitucionalmente asseguradas; das comunidades periféricas dos grandes centros urbanos contra a violência do Estado e de milícias, que assola tais territórios; da juventude na defesa do ensino público de qualidade; pelas crianças em favor de seu direito à educação e à infância; pelo respeito aos direitos dos idosos; pela segurança alimentar e contra a fome; de mulheres contra o patriarcalismo, o machismo e o feminicídio; da população LGBTQIA+ contra a homofobia, a violência sobre seus corpos e seus homicídios.

O Serviço Social brasileiro está comprometido com essa pauta de reivindicações no trabalho cotidiano *em todos os espaços ocupacionais*. A relação entre Serviço Social e movimentos sociais atravessa *todos os níveis de inserção profissional* no mercado de trabalho, no Estado, nas organizações privadas (empresarias ou não) em organizações/movimentos de trabalhadores, *na defesa de interesses, reivindicações e projetos dos sujeitos individuais e coletivos com quem se trabalha*, considerando limites impostos pelas instituições, próprios das relações de assalariamento que envolvem o trabalho profissional.

O Serviço Social pode contribuir para que os sujeitos reconheçam que suas demandas individuais portam uma dimensão coletiva de classe e adquirem força quando encaminhadas coletivamente. Mas a relação entre Serviço Social e as lutas sociais das classes subalternas envolve também o trabalho direto com os movimentos sociais. *A relação do assistente social com a organização de movimentos é de indiscutível relevância, alicerçada na confiança e companheirismo na luta comum*¹. Em todos esses espaços se expressam manifestações da “questão social” enquanto *desigualdade e rebeldia*,

pois os sujeitos ao vivenciarem as desigualdades a elas também resistem e expressam seu inconformismo. E na tensão entre produção da desigualdade e da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses distintos dos quais não é possível abstrair ou deles fugir, porque tecem a trama da vida em sociedade (IAMAMOTO, 2009, p. 176).

Assistentes sociais, majoritariamente, partilham e apoiam as lutas, formas de organização e de mobilização referentes a distintas dimensões da vida na defesa de direitos humanos e sociais e de projetos societários das classes subalternas. Estas também são nossas lutas enquanto trabalhadores especializados. Esta *direção social* vimos construindo há mais de cinco décadas no Serviço Social brasileiro, no contexto da América Latina e do Caribe — nos âmbitos do trabalho, na formação acadêmico-profissional e das organizações gremiais da categoria e de estudantes.

Esta direção está corporificada no projeto ético-político do Serviço Social no país e codificada na nossa legislação²: as Diretrizes Curriculares para o Ensino em Serviço Social (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, 1999), Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (1993), Lei da Regulamentação da Profissão de Assistente Social (1993) e Lei da Duração da Jornada de Trabalho do Assistente social de 30 horas (2008)³. A vitalidade desse projeto é largamente tributária de entidades gremiais, acadêmicas e estudantis dotadas de *legitimidade política e capilaridade organizativa*, pouco usual nesses tempos de ultraliberalismo, onde viceja o culto ao individualismo e alheamento ante os dramas coletivos. Como diz a atual gestão da ABEPSS: “Aqui se respira luta”.

O alargamento desse projeto para outras latitudes se reforça nas relações com a ALAEITS, a Federação Internacional de Assistentes Sociais (FITS) (região da América Latina e Caribe), o Comitê Latino-Americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Serviço Social (COLACATS) e a IASSW/AIETS.

A presente exposição inclui: **I) Introdução; II) A banalização da vida humana: crise do capital e “questão social”**, perante a pandemia, a crise financeira e produtiva, os conflitos bélicos

¹ Cf. No âmbito do Serviço Social, dentre as contribuições sobre o tema, pode-se destacar: a obra pioneira de Abramides e Cabral (1995); Duriguetto e Marro (2014); Marro (2014); e Duriguetto (2014), cujas obras estão listadas nas referências deste artigo.

² Ver Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social; Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, que acrescenta o dispositivo à Lei nº 8.662, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social; Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (1993); ABEPSS/CEDEPSS (1996), que traz a proposta básica para o projeto de formação profissional; e Brasil (1999), que traz as Diretrizes Curriculares do Curso Serviço Social.

³ CFESS (2011).

nos centros mundiais e seus efeitos na América Latina/Brasil; **III) Serviço Social na história**, enquanto profissão e disciplina científica, inscrito na divisão social e técnica do trabalho no processo de (re)produção das relações sociais. A educação superior em Serviço Social no Brasil nos níveis de graduação e pós-graduação: a formação de assistentes sociais e de pesquisadores; **IV) Desafios ao Serviço Social nas trilhas coletivas da resistência**: trabalho e formação acadêmica e profissional.

Introdução

Esses tempos sombrios de expansão da crise do capital, de profunda regressão nas conquistas civilizatórias e de expansão da barbárie desafiam a defesa da vida e do trabalho, dos recursos naturais do planeta e dos direitos humanos, na contracorrente do ultraliberalismo e das forças de extrema direita protofascistas. E impulsionam os assistentes sociais brasileiros ao campo da resistência, na articulação com as lutas, formas de organização e movimentos sociais dos/as trabalhadores/as na sua unidade de diversidades.

Na tragédia brasileira marcada com selo oficial, — que evoca o inferno da Divina Comédia (DANTE, 2017) — convivem 33 milhões de famintos, a criminalidade das milícias sem lei e sob proteção, grilagem de terras indígenas, conflitos por demarcação de terras, o livre curso do narcotráfico, do comércio de armas, da pesca e da caça ilegais e o garimpo fora da lei em terras indígenas.

A população negra é maioria no Brasil e alvo das mais graves violências: representa 78% das pessoas mortas com armas de fogo, 72,9% do total dos desempregados e 77,85% dos que estão entre os mais pobres (OXFAM, Brasil. Racismo Institucional Mata. Nota pública sobre o aumento da violência do Estado brasileiro sobre a população negra, com assassinatos e violações de direitos humanos, 27/05/2022. www.oxfam.org.br)

Temos acompanhado, pela imprensa nacional e mundial, o brutal assassinato do jornalista inglês *Dom Philips* (59 anos), correspondente do *The Guardian* e colaborador dos jornais *Washington Post*, *The New York Times* e *Financial Times*; e do indigenista Bruno Araújo Pereira (41 anos), concursado da FUNAI, atuando do Vale do Javari, com suas 26 etnias, cerca de 6000 indígenas em oito milhões de hectares. *Bruno Pereira* era reconhecido pela *União dos Povos Indígenas do Vale do Javari* (UNIVAJA) como um dos maiores especialistas em povos isolados, tendo assumido a *Coordenação Geral de Indígenas Isolados e de Recente Contato*, no combate a invasores das terras indígenas e contra a extração ilegal de minério (ROCHA; ALFANO; MERGULÃO, 2022).

O Brasil foi o quarto país onde mais houve assassinatos de ativistas ambientais no mundo em 2020, segundo a ONG *International Global Witness* (ALTINO, L. *O Globo*, 16/6/2022, p.12 Brasil). Os 20 assassinatos relatados só foram superados pelas estatísticas da Colômbia (65 mortes), México (30) e Filipinas (29). Em relação à violência na Amazônia, a fonte citada registra que promotores de assassinatos de militantes ambientais dispõem de muito dinheiro, oriundo principalmente do garimpo ilegal. “Hoje há verdadeiras milícias que impõem ali a sua lei e isso vem sendo estimulado pelo atual governo ao tirar a fiscalização

e o poder do Estado no combate aos delitos’, afirma Márcio Astrini, secretário executivo do *Observatório do Clima*” (citado por ALTINO, L. *O Globo*, 16/6/2022, p. 12)

A impunidade nos casos de violência contra ativistas ambientais é denunciada pela *Rio Human Right Watch* (*idem*): dos mais de 300 assassinatos entre 2009 e 2019, na Amazônia, registrados pela *Comissão Pastoral da Terra*, apenas 14 foram levados a julgamento até 2019. O relatório detalhou 28 assassinatos, dos quais apenas dois foram julgados. E dos mais de 40 casos de ataques ou ameaças, nenhum foi levado ao julgamento. O *Conselho Indigenista Missionário* (CIMI), no relatório “Violência contra os povos indígenas do Brasil”, revela que assassinatos de indígenas estão em ascensão: 182 indígenas foram mortos no país em 2020, um aumento de 63% em relação a 2019. O citado relatório também denunciou 263 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio, que atingiram 201 terras de 145 povos em 19 estados⁴.

Na antessala das últimas eleições presidenciais, os assassinatos de Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, no centro da cidade do Rio de Janeiro, internacionalmente divulgados, ainda não foram esclarecidos pelos órgãos oficiais responsáveis: Quem mandou matar Marielle? É um grito parado no ar. Ela, vereadora da cidade do Rio de Janeiro, defensora dos direitos humanos, do combate às arbitrariedades das milícias nas comunidades periféricas da cidade do Rio de Janeiro, e mulher negra, membro da comunidade LGBTQIA+, incansável lutadora pelos direitos humanos.

E, no ocaso desse desgoverno, com outro episódio criminoso na Amazônia (ALTINO, 2022), e repúdio mundial a pergunta se repõe: Quem mandou matar Dom Philips e Bruno Pereira na Amazônia brasileira?⁵

Com o esgotamento da fronteira agrícola no país para expansão do agronegócio, áreas de preservação ambiental, como o Pantanal e a Amazonas, são alvos de violência extrema na expropriação de populações originárias, de posseiros e produtores agrícolas de seus meios de vida, e buscam respaldo em legislação, ora em tramitação⁶. Pode-se aventar a hipótese de que se trata de uma atualização, historicamente particular, de métodos violentos de expropriação, similares ao da chamada “acumulação primitiva” na formação do capital na Europa, nos séculos XV e XVI. (MARX, 2017, livro I).

A Amazônia é parte de nossa unidade latino-americana. A Amazônia legal brasileira faz fronteira com os seguintes países e estados da federação da República do Brasil: *Guiana*

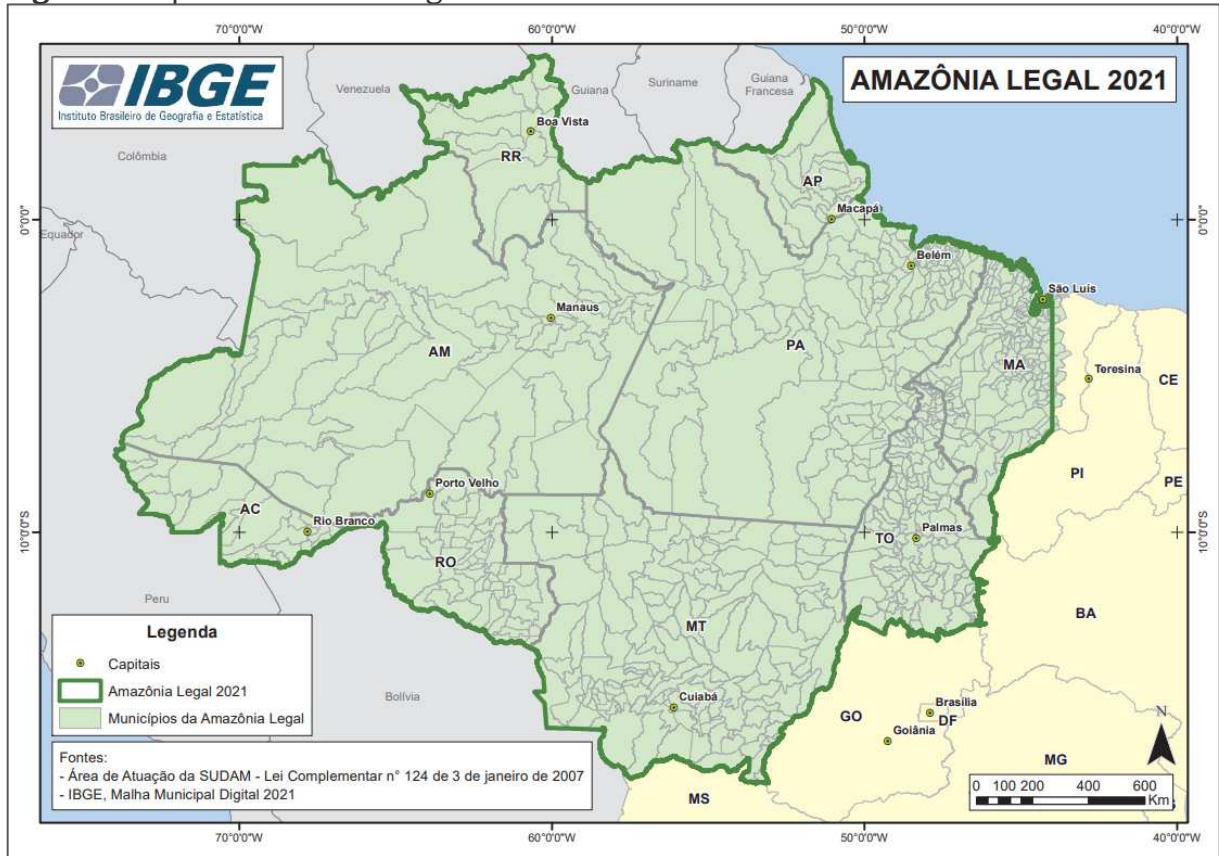
⁴ Em 2021, a Comissão Pastoral da Terra registrou 169 mortes em conflitos no campo (aquelas que não são assassinadas, mas frutos de contexto de violência e desamparo de políticas públicas) e foram mortos 101 indígenas ianomamis, por causa da ação de garimpeiros. Houve um aumento de 1.110% em 2020 quando foram registradas nove mortes. (ALTINO, L, op. cit)

⁵O desaparecimento dos corpos tem similitude com os métodos sofisticados de assassinatos e de tortura similares aos adotados na guerrilha do Araguaia no período da Ditadura Militar, como sugere Assis (2022).

⁶ Pode-se ilustrar com o pacote de projetos de lei, ora em tramitação no Congresso Nacional: O PL da Mineração em terras indígenas (PL 191/2020), o PL do Marco temporal (PL 4490/07. PL2 633/20 e PL 510/21. O PL Grilagem, (6299/2002); Pacote do Veneno (PL 2159/2021); PL do Licenciamento Ambiental (2159/2021) (antes PL 3729/2004). Cf. Conferência Alimentar e Segurança Alimentar. Manifesto pela Soberania Alimentar e Superação da Fome. Fonte: PautaEleicoes.vol.5 pdf

Francesa – com o Amapá; Suriname – com o Amapá e com o Pará; República da Guiana – com o Pará e com Roraima; Venezuela – com Roraima e com o Amazonas; Colômbia – com o Amazonas; Peru – com o Amazonas e com o Acre; Bolívia – com o Acre, com Rondônia, com o Mato Grosso e com o Mato Grosso do Sul.

Figura 1: Mapa da Amazônia Legal Brasileira



Fonte: IBGE (2022).

A pandemia mundial da COVID-19 encontra o Brasil num terreno minado por profunda crise econômica e política. A pandemia foi tardiamente combatida pelo poder público federal, movido por concepções negacionistas em relação às conquistas da ciência. São 670 mil mortes, mais de 32 milhões de casos confirmados até junho de 2022, com graves incidências nas condições de vida e de trabalho dos brasileiros. A combinação entre crise mundial e pandemia resulta em *exponencial ampliação quantitativa o desemprego e o subemprego, da população em situação de rua, da fome e das múltiplas formas de violência contra mulheres, crianças e idosos, negros e indígenas.*

Em 2021, o país registra 23 milhões de brasileiros/as abaixo da linha da pobreza, 10,8% da população, segundo estudo da *Fundação Getúlio Vargas (FGV)*, com base em dados da *PNAD Continua/IBGE*. Isto significa que sobrevivem com uma renda mensal de R\$ 217,00 ou R\$7,00 por dia, considerando os preços do final do ano de 2021. Em apenas 01 ano, esse contingente incorporou 7,2 milhões de brasileiros. Na *extrema pobreza* encontram-se 5,9% da população com renda de menos que R\$105,00 por mês ou R\$3,50 por dia. Enquanto uma das metas do *Objetivos do Milênio* era reduzir a pobreza em 50% em 25 anos, o número de

pobres, no Brasil, cresceu 42% em apenas seis meses, entre agosto de 2021 e março de 2022 (NALIN, 2022).

A mesma fonte lembra que a aliança entre desigualdade e instabilidade da rede de proteção social nas políticas públicas, aliada aos elevados índices inflacionários corroem o poder de compra dos brasileiros. A desigualdade também atinge o maior nível, desde 2016, com elevação do índice de Gini de 0,53 para 0,55 (quanto mais perto de 1 mais concentrada a renda). *Nesses tempos, ao inscrever o Serviço Social na história, optamos pela margem da resistência: construir cotidianamente possibilidades de aproximação teórica e política com as lutas, organizações e movimentos sociais, que portam a defesa de direitos e projetos societários das classes subalternas*” (IAMAMOTO; SANTOS, 2021, p. 26).

Na América do Sul, nos anos recentes, governos progressistas, ao derrotarem forças de extrema direita protofascista, favorecem as brisas de mudanças, a serem construídas com a participação popular: 1) *Chile*, com Gabriel Boric; 2) *Venezuela*, com Nicolás Maduro; 3) *Argentina*, com Alberto Fernandez; 4) *Peru*, com Pedro Castillo, que merece observação; 5) *Bolívia*, com Luís Arce; 6) *Colômbia*, com Gustavo Petro, presidente recém-eleito em 19 de junho de 2022. E o Brasil, com eleições previstas para novembro, as pesquisas apontam possibilidades de vitória de Lula da Silva. Somam-se na América Central e no Caribe os governos de: 7) *México*, com Andrés Manuel Lopes Obrador; 8) *Honduras*, com Xiomara Castro, primeira mulher presidente do país, eleita em janeiro de 2022; e 9) *Cuba*, com Miguel Díaz-Canel. *Assim, o Serviço Social latino-americano — e, particularmente o brasileiro —, caminha em trilhas de luz no processo de lutas na construção do novo na história, com todos aqueles que criam a riqueza social com o seu trabalho e dela pouco usufruem, porquanto submetidos ao domínio do poder político.*

A banalização da vida humana: crise do capital e “questão social”

Nesses tempos de crise, sob a hegemonia do capital fetiche, quando o capital que rende juros revela e esconde sua verdadeira natureza, **a hipótese é que a “questão social” expressa a profunda banalização da vida, contra a qual se rebela nas trilhas da resistência coletiva.**

O substrato da crise do capital reside na superacumulação de capacidades de produção especialmente elevadas e na superprodução, acompanhadas de uma acumulação de capital financeiro e fictício sem precedentes em detrimento do processo de produção (CHESNAIS, 1999, 2001, 2013), o que repercute na difícil situação dos trabalhadores em qualquer parte do mundo.

Sabe-se que o capital, na busca incessante de lucro, tende a expandir-se indefinidamente, por meio da ampliação da parcela do mais-valor investida em *meios de produção* (capital constante), incorporando inovações científicas e tecnológicas e aumentando a produtividade do trabalho social. Ao mesmo tempo reduz, proporcionalmente, a parcela investida na compra da força de trabalho (capital variável), contraindo relativamente a oferta de emprego ante o volume do investimento realizado. Assim, *a ampliação da superpopulação relativa — ou população “sobrante” para as necessidades médias de*

valorização do capital —, é condição e resultado contraditório desse mesmo processo. Ele faz crescer o desemprego, a desproteção das relações de trabalho e a pauperização relativa e/ou absoluta de segmentos de classe, impulsionando *as crises no processo de reprodução ampliada do capital*. Na contratendência dos efeitos dessa dinâmica expansionista, tem-se o suporte dos *Estados nacionais e do fundo público* — e particularmente do crédito estatal — pressuposto e resultado da acumulação (OLIVEIRA, 1998; BEHRING, 2022).

O ultraliberalismo favorece o livre curso do capital financeiro, com sua inerente volatilidade, a acumulação e centralização do capital produtivo em trustes e cartéis ao nível mundial; e instaura políticas monetaristas restritivas aos direitos sociais, avessas aos direitos humanos, obstruindo propostas distributivas voltadas aos sujeitos da classe trabalhadora. Contraditoriamente, impulsiona a resistência na defesa da vida e do meio ambiente.

A crise financeira, cujo marco mais visível foi a falência do Banco Lehman (2008), atualmente é *agravada em um contexto de incertezas na disputa pela hegemonia mundial*. Tensões econômicas entre os EUA e a Europa por um lado, com a China de outro, estão presentes na disputa pelo *comércio internacional*. Soma-se a *pandemia da COVID-19*, desde 2020, o *recente conflito bélico entre a Federação Russa e a Ucrânia* — indissociável da indústria de armamentos e da luta pela hegemonia e pelo dinheiro mundiais —, com participação direta da OTAN/NATO, com profundas implicações na economia europeia e norte-americana.

Dentre elas, a *enorme crise humanitária com a imigração massiva* estimada em mais de 8,3 milhões de refugiados da Ucrânia este ano, segundo a ACNUR (REUTERS GENEVRA, 2022), além da *crise alimentar e energética* com a produção e distribuição de petróleo e gás, além do alumínio e de grãos — trigo, milho, cevada e girassol —, e insumos agrícolas, a exemplo dos fertilizantes. O *Panorama da economia mundial*⁷ (BASTOS, 2022), com base em dados do Banco Mundial, o IPEA reconhece que os *efeitos da guerra têm se sobreposto aos da pandemia*, com prognósticos de *redução de crescimento econômico, de elevação dos índices inflacionários* de alguns países da Europa e nos EUA. Neste país, a taxa de inflação é maior dos últimos quarenta anos, desde 1994, de 8,6% nos últimos 12 meses. O Federal Reserva (FED) elevou a taxa básica de juros de 0,75% para o intervalo entre 1,5% e 1,75%.

As políticas monetárias restritivas *deterioram a situação financeira de países endividados da América Latina e do setor corporativo-empresarial*. A alta da inflação atingiu a elevada cifra de 8,1% na América Latina e Caribe, em abril de 2022. Esta, aliada à elevação do preço de alimentos superior à inflação, compromete o consumo da maioria dos domicílios. A lenta recuperação de empregos afeta particularmente as mulheres. A CEPAL (2022, p. 14) alerta para as consequências de tensionamentos e conflitos sociopolíticos, que tendem a “reverberar no mercado de capitais e nas decisões de investimentos”. Os cortes do gasto público para limitar avanço da inflação também podem gerar “mal-estar social”, nos

⁷ Cf., também, Política monetária contra a alta dos preços. Evolução das taxas em dois países. Jornal O Globo, Economia, 16 jun. 2022, p. 13.

termos das Nações Unidas.

A síntese a análise da CEPAL (NACOES UNIDAS; CEPAL, 2022, p. 6) é a seguinte:

As economias da região enfrentam uma conjuntura difícil em 2022. De um lado, existe um contexto externo, que já antes do início da guerra mostrava uma desaceleração do ritmo da atividade de crescimento da atividade econômica e do comércio internacional. O conflito a persistência da COVID e o incremento dos preços da energia e dos alimentos tornaram esse quadro ainda mais difícil. De outro lado, os contextos internos são caracterizados por forte desaceleração da atividade econômica, aumento da inflação e uma lenta em completa recuperação dos mercados de trabalho o que aumenta a pobreza e a desigualdade” (tradução livre)

A desaceleração da economia da região se mostra nas baixas taxas de crescimento do PIB. No Brasil é de 0,4%, a menor projeção de crescimento dos 33 países da América Latina, segundo a CEPAL (*Ibid.*, p. 6): a fome incide em 94,2 milhões de pessoas; a pobreza e a pobreza extrema aumentam, em níveis superiores aos observados antes da pandemia. Os índices esperados, em 2022, na região, são de 33,0% de pobreza e 14,5% de pobreza extrema, segundo a referida fonte.

No Brasil, em abril de 2022, o *salário mínimo real*, necessário à manutenção de uma família de quatro pessoas, deveria equivaler a R\$ 6.754,33, ou 5,57 vezes o *mínimo nominal* de R\$ 1.212,00, segundo o *Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos* (Dieese). Para o cálculo do *salário mínimo real* é considerada a determinação constitucional de que este deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e de sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência (CUT BRASIL, 2022)⁸.

Esses dados revelam a *defasagem entre o preço da força de trabalho vigente e o seu valor social médio, aqui expresso no salário necessário*. Isto revela a importância da política, especialmente a seguridade social (saúde, assistência social e previdência) para a sobrevivência da maioria, que tem sido desmontada no último governo com políticas privatistas ultraliberais e restrição de gastos públicos, no âmbito das quais atua nuclearmente o/a profissional de Serviço Social.

O *Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil*⁹ (REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR, 2022) constata a segurança alimentar em 41,3% dos domicílios enquanto 30,1% domicílios tinha restrição quantitativa de alimentos. Destes 15,5% convivendo com a fome ou insegurança

⁸ Segundo a mesma fonte, o trabalhador paulistano, que ganha o salário-mínimo, compromete mais de 71% dos seus ganhos para comprar o básico para o sustento de sua família. (CUT BRASIL, 2022).

⁹ O inquérito abrange cinco macrorregiões (rural e urbana), duas unidades da federação, além de 12.745 incluídos na amostra. (REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR, 2022). Cf. também, Conferência Popular: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. *Manifesto pela Soberania Alimentar e superação da Fome*. Por um Brasil com democracia, direitos, dignidade e comida de verdade. (CONFERÊNCIA..., 2022).

alimentar grave. São 125,2 milhões de pessoas em insegurança alimentar e mais de 33 milhões em situação de fome ou insegurança alimentar grave, cuja maior incidência é no Norte e Nordeste. Percentualmente, a situação dos habitantes em área rural é mais grave, mas o contingente de cerca de 27 milhões de famintos em área urbana é assustador e revela o fosso social existente nas cidades do Brasil. A fome está presente em 43,0% das famílias que têm renda per capita até 1/4 de salário-mínimo, com maior incidência nas famílias que têm mulheres como responsáveis e/ou aquelas em que a pessoa de referência (chefe) se identifica de cor preta ou parda.

Esses dados ilustram as desigualdades condensadas na “questão social” no capitalismo das finanças e movem as lutas de diferentes segmentos de trabalhadores. É esta quadra histórica que desafia o Serviço Social latino-americano nas rotas da resistência coletiva.

Serviço Social na história

Como o já assinalado, o esforço é apreender o **Serviço Social na história**, sempre aberta ao vir a ser, acompanhando a dinamicidade da vida em sociedade, no estreito vínculo com as forças comprometidas com as lutas emancipatórias (FERNANDES, 1983, p. 36). Para Florestan Fernandes, o *objeto da investigação é inseparável da história que o produz*” (Ibid., p. 17)¹⁰. A análise das contradições sociais, indissociáveis da acumulação capitalista, é condição para apreender “as condições de produção dos acontecimentos históricos” e ver o que está neles contido e é escondido: “*virar a história pelo avesso*” (FERNANDES, 1983, p. 63).

Aqui privilegia-se o “*ponto de vista dos vencidos*”, no contraponto à visão oficial e linear da história apoiada na acumulação de capital como progresso e conquista. Esta perspectiva de leitura da “história no sentido contrário” sob a ótica dos “de baixo”, supõe o reconhecimento da luta de classes em suas dimensões materiais e espirituais (LOWY, 2005).

O Serviço Social transforma-se e nega-se no movimento da história para *renascer* novo e superior, ainda que permanecendo o mesmo¹¹. Esta perspectiva representa um *desafio permanente ao intelectual* e exige pesquisa no acompanhamento das conjunturas, da correlação de forças nelas presentes, da “questão social” e suas incidências de exploração, opressão, mas também de construção de resistências na vida dos indivíduos sociais. Esta é condição para se apreender as *tendências inscritas na realidade* de modo que, capturadas

¹⁰ Esta concepção de história parte de pressupostos reais, não arbitrários ou dogmáticos, dos quais não se pode abstrair, a não ser na imaginação: os “indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas quanto aquelas que são produzidas por sua própria ação” (MARX, 1977, p. 26), verificáveis por via empírica.

¹¹ O esforço é, pois, de apreender o Serviço Social em permanente *movimento de superação*, no sentido hegeliano de *Aufhebung* — determinação fundamental que significa, ao mesmo tempo, supressão, aniquilação e conservação. Cf. Pertillo (2013).

pela razão crítica, possam ser acionadas por meio da “práxis”, segundo as prioridades do projeto hegemônico do Serviço Social brasileiro ¹²

Deslindar o Serviço Social no Brasil, no universo da América Latina e do Caribe, exige considerar seus *enigmas históricos*, “uma realidade geo-histórica, político-econômica e cultural complexa, heterogênea, contraditória e errática” (IANNI, 2009, p. 201) que *cria, recria e esconde a barbárie*¹³. A modernidade, típica da sociedade e do pensamento europeu e norte-americano, aqui combina-se com heranças culturais das formações históricas nacionais, expressas no pensamento filosófico e social, na política, nas artes. Se o pensamento moderno afirma a razão em detrimento da tradição e da superstição, separa o espaço público do espaço privado, confina a religião à esfera privada, na história latino-americana a modernidade assume traços peculiares.

Aqui ela incorpora legados peculiares de séculos de escravismo indígena e africano e de lutas contra eles. O racismo estrutural e estruturante que preside as relações sociais no país constantemente se repõe, assim como a luta antirracista. Nações indígenas se mobilizam na defesa de seus territórios e de recursos naturais, de formas de vida próprias e das culturas indo-americanas. O debate étnico-racial de povos originários e africanos escravizados alça centralidade na agenda nacional, tributária da luta social e abre portas e janelas para a oxigenação da análise do Serviço Social no País e de nosso projeto profissional.

Mas, simultaneamente são recriadas heranças patrimonialistas (caciquismos, coronelismos, gamonalismos etc.), a cultura da violência, as formas excludentes de apropriação econômica e dominação política dos donos do poder e seus tradicionalismos vários. Como afirma Ianni, na América Latina, o Estado é forte, a democracia episódica, as ditaduras recorrentes e as lutas permanentes. Nessa longa trilha de resistências, “a história da América Latina é uma história de lutas sociais” (IANNI, 1993, p. 27). Assim, privilegiar a historicidade do Serviço Social supõe aprendê-lo no seu movimento de vir-a-ser cotidiano, em seu permanente processo de transformação histórica e mediante o forte protagonismo das/os “trabajadores sociais”.

A recente pesquisa sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e Caribe (1965-1975) e seu diálogo internacional (IAMAMOTO; SANTOS, 2021), atesta que a reconceituação foi *um marco fundamental na aproximação política e teórica do Serviço Social com as organizações e movimentos sociais na década de sessenta do século XX*. Ele propicia inédita incorporação de concepções progressistas — como a pedagogia para a liberdade de Paulo Freire, a teologia da Libertação, o colonialismo e a teoria da

¹² A riqueza dessa tradição intelectual, inaugurada por Marx e Engels, também se revela no seu desenvolvimento e no seu debate interno, com produções referenciais: a análise sobre o poder político com A. Gramsci, o debate sobre a ontologia do ser social e a estética com G. Lukács, a Escola de Frankfurt e o debate sobre a cultura, além de contribuições recentes como as de I. Meszáros, E. Hobsbawm, E. P. Thompson na leitura da história e D. Harvey na geografia, Ernest Mandel no debate do capitalismo tardio, entre outros. Estas filiações teóricas diferenciadas no âmbito desta tradição intelectual aguçam a análise da sociedade com ênfases distintas e estimulam o profícuo e bem-vindo debate no universo profissional.

¹³ “Na América Latina a modernidade leva sempre algo de anacrônico, caricato ou exótico, ao mesmo tempo em que barroco, antropofágico e macunaímico” (IANNI, 2009, p. 228).

dependência, em diversas vertentes, e interpretações histórico-críticas de diferentes extrações no universo intelectual do Serviço Social.

No Brasil, a vigência da reconceituação coincide com a ditadura militar (1964-85). O Serviço Social é polarizado pelo vetor modernizador e tecnocrático, combinando extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos, expresso nos *Documentos de Araxá e de Teresópolis*. Mas, a experiência da *Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG)*¹⁴ enraizada no movimento de reconceituação prevalecente na América Latina é um polo minoritário de resistência à vertente modernizadora no Serviço Social, inscrito, desde seu nascedouro, no debate da reconceituação e sua crítica¹⁵ e na oferta de quadros de liderança ao conjunto do Serviço Social latino-americano.

Aquele momento de resistência no Serviço Social latino-americano, contou com importante apoio do Projeto *Instituto de Solidariedad Internacional (ISI)* na América Latina — *Trabajo Social* — vinculado à Democracia Cristã Alemã. No período final da reconceituação (1965-1975), esse projeto derivou no financiamento à refundação das ALAETS e à criação do CELATS, sob a coordenação acadêmica de colegas latino-americanos da Colômbia Venezuela, Argentina e do Brasil. Assim a IASSW, através de sua vice-presidência para a América Latina, esteve diretamente envolvida na construção de novos horizontes ao Serviço Social latino-americano.

A ALAETS foi criada em 1965, no marco do V Congresso Panamericano de Serviço Social da OEA. Mas sua primeira refundação política foi movida pela independência em relação ao panamericanismo e ao Serviço Social norte-americano. Ela ocorre, em 1971, após o VII Congresso Internamericano de Bienestar Social e a Conferência Interamericana de Bienestar Social, em Quito, Equador, fechados pela repressão policial. A presidência da ALAETS coube ao colega chileno, da Universidade de Concepción, Luis Araneda (gestão 1971-1974), cuja direção sofreu fortes impactos do Golpe Chileno contra Salvador Allende, em 1973.

O Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS), organismo acadêmico da ALAETS, é gestado em 1974, cujos estatutos são aprovados em 1975, com sede em Lima-Peru. É reconhecido, no ano seguinte, pelo Governo Peruano¹⁶, na condição de organismo de

¹⁴ No caso brasileiro ver a fecunda análise de BATISTONI (2021). Cf. também o oportuno livro, que vem cobrir lacunas na reconstrução histórica do Serviço Social no país de Mota, Amaral e Vieira (2022). Também merecem destaque os resultados do projeto de pesquisa em rede sobre a reconceituação do Serviços Social na América Latina: determinantes históricos, memória e interlocuções internacionais (1960-1980), registrados no livro de Iamamoto e Santos (2021). Os resultados coletivos deste projeto expressam um efetivo contributo à construção de uma história nova do Serviço Social, nos termos de Netto (2016), tanto em países da América Latina — aí incluído o Brasil — quanto da Europa e EUA.

¹⁵ Netto (1991), em sua análise *da Ditadura e Serviço Social no Brasil*, considera a experiência da UCMG como a inicial formulação e mais abrangente da vertente profissional no pós-1964, nomeado de “intenção de ruptura” com as marcas conservadoras e modernizantes do Serviço Social brasileiro no seu processo de renovação. Já na reconceituação latino-americana foi uma experiência referencial. (QUIROGA, 1973a, 1973b).

¹⁶ A entidade tem seus estatutos aprovados, em 1975, em El Salvador, estabelecendo sua sede em Lima (Peru). Em 1976, foi reconhecido pelo governo peruano como organismo de cooperação técnica internacional. Sua programação, nas décadas de 1970 a 1980, contemplava basicamente três grandes áreas: a) *investigação* voltada ao conhecimento dos setores populares: camponeses, operários, populacionais e

cooperação técnica internacional. A ALAETS-CELATS¹⁷, com seu projeto fundador, teve exemplar contributo na construção e difusão do Serviço Social crítico na América Latina na ótica dos interesses das classes subalternas: na *investigação*, quando a pós-graduação e a pesquisa acadêmica davam seus primeiros passos nessa área na região; na *capacitação continuada* de trabalhadores sociais de campo, cuja maior iniciativa foi a criação da primeira *Maestria Latino-americana em Trabajo Social*, na *Universidad Autónoma de Honduras*; na *organização gremial*, e na *comunicação e difusão* de iniciativas do CELATS-ALAETS.

As principais temáticas de pesquisa dessas entidades marcaram o Serviço Social brasileiro contemporâneo: a) a *história do Serviço Social* (Peru e Brasil) e a concepção de Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, inspirada na teoria do valor de Marx; b) as *políticas sociais de Estado* em sua dimensão contraditória em seus vínculos com o Serviço Social; c) o debate *sobre lutas e movimentos sociais na América Latina e Caribe*, no universo do Serviço Social, em 1986, no *XII Seminário Latino-americano de Trabajo Social: Movimientos Sociales, Educación Popular e Trabajo Social*, na *Universidad de Antioquia*, em Medellín, Colombia¹⁸, organizado pelo CELATS/ALAETS¹⁹.

Na última década do período ditatorial no Brasil, o *fio da resistência*, que se manteve vivo e subterrâneo durante a ditadura militar, revela-se no *III Congresso Brasileiro de Assistentes*

indígenas; as políticas sociais públicas e Serviço Social, em especial saúde e habitação; ao conhecimento da realidade institucional onde opera o Serviço Social, suas associações profissionais, perfil profissional e história do Serviço Social na América Latina; b) *capacitação continuada* permitindo uma reflexão sobre a atuação dos profissionais, por meio de seminários, cursos à distância, e do primeiro curso de pós-graduação em Serviço Social de nível continental, consubstanciada na *Maestria Latinoamericana en Trabajo Social (MLATS)*, em convênio com a *Universidad Autónoma de Honduras (UNAH)*, sediada em Tegucigalpa; c) *comunicação*, com a publicação da série *Livros-Celats*, a revista *Acción Crítica* e os *Cuadernos Celats*. (IAMAMOTO, 2007; IAMAMOTO; RAICHELIS; BRAVO, 2021).

¹⁷ O CELATS contou, na sua direção, com o decisivo protagonismo de colegas brasileiras como as professoras Leila Lima e Consuelo Quiroga, da UCMG; e na Presidência da ALAETS do Prof. Dr. Seno Cornely (PUC-RS), da Prof. Dra. Josefa B. Lopes (UFMA). Após, sua segunda refundação política, em 2006, incorpora a pesquisa e a pós-graduação. No período de transição foi coordenada por Jussara Mendes (PUC-RS) com as ex-presidentes, Lorena Molina (UCR) e Luís Araneda. Em sua segunda refundação, ela passa a denominar-se ALAEITS, dirigida pela prof.^a Dr.^a Ana Elizabete Mota (UFPE). Cf. LOPES (2014).

¹⁸ Refiro-me ao *XII Seminário Latinoamericano de Trabajo Social: Movimientos Sociales, Educación Popular e Trabajo Social*, na *Universidad de Antioquia*, em Medellín, Colombia, de 7 a 11 de julho de 1986 (ALAETS, CELATS, CONETS e FECTS), sob a coordenação da então diretora do CELATS, Prof.^a Maria Cecília Tobón. Palestras centrais e documentos do evento encontram-se nos *Cuadernos Celats 13* (2 vols.). Este seminário é uma continuidade do XI SLA, realizado no México, em julho de 1983, quando foram precisadas considerações teórico-metodológicas acerca do Estado e Políticas Sociais. O que se pretendia era “complementar as análises anteriores e assim aprofundar um dos polos dentro dos quais o Serviço Social se desenvolve: “os movimentos sociais — organização popular e o Estado com suas políticas públicas”.

¹⁹ Atualmente o CELATS continua a existir como uma ONG peruana, desvinculado da ALAEITS, mas utilizando-se do mesmo logo e do patrimônio material e imaterial CELATS-ALAETS. Este consta de importante acervo documental e bibliográfico e da sede no bairro nobre de San Isidro, em Lima, Peru, doada à ALAETS pela *Fundación Konrad Adenauer*, quando Leila Lima Santos era diretora do CELATS.

Sociais — conhecido como Congresso da Virada, em 1979²⁰, preparado pelas entidades sindicais na articulação com o Serviço Social latino-americano.²¹

Nas trilhas abertas pela reconceitualização, a “virada” expressa a sintonia do Serviço Social brasileiro com as mobilizações de trabalhadores e entidades combativas da sociedade civil, na defesa de seus direitos e projetos societários. *Assistentes Sociais, pela primeira vez, se manifestam publicamente contra a ditadura militar-empresarial ao lado de forças de resistência do conjunto dos trabalhadores.*

O Serviço Social brasileiro contemporâneo é parte e expressão das lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias, que impulsionaram a crise da ditadura (1964-1985). Foi no contexto de ascensão dos movimentos das classes sociais, de articulações políticas em torno da elaboração e aprovação da *Carta Constitucional de 1988 e da defesa do Estado de Direito*, que as/os assistentes sociais foram socialmente questionados pela prática *política de diferentes segmentos da sociedade civil.*

O florescimento das lutas democráticas, com visibilidade no cenário político no último quartel da década de 1970, condicionou as alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais. Revigora-se uma ampla e fecunda rede de organização da categoria em suas bases sindicais, acadêmicas e profissionais

É esse clima político e intelectual *que sedimenta questionamentos aos fundamentos positivistas da tríade do Social Work norte-americano: o Serviço Social de Casos, o Serviço Social de Grupo e a Organização/Desenvolvimento de Comunidade, difundida por ideólogos de organismos internacionais durante a Guerra Fria, e hoje prevacente no cenário internacional do Serviço Social.* Importa salientar que isto não significou a recusa do trabalho com indivíduos grupos e populações, que passam a ser realizadas a partir sob outros parâmetros analíticos, que rompem com o positivismo, o pragmatismo, o ajustamento social e a submissão.

O desafio teórico permanente que temos enfrentado é explicar como o Serviço Social contribui ao *processo de (re)produção das relações sociais capitalistas, no movimento da história.* Sendo o capital uma relação social historicamente determinada, ele abrange a reprodução da vida material e social, das classes em suas tensões e conflitos. Inclui, ainda, a reprodução espiritual, isto é, das formas de consciência social — jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, entre outras —, através das quais os homens tomam consciência da vida social.

A dinâmica da (re)produção contém *a possibilidade de criação do novo*, pois se trata de uma totalidade histórica em constante movimento, resultante da ação dos sujeitos produtos da história e que a constroem coletivamente. O mesmo movimento que cria as condições para a reprodução contraditória da sociedade de classes, cria e recria os conflitos resultantes

²⁰ Cf. CFESS (2012) e Oliveira e Silva (2019) e Elpídio (2021).

²¹ Iamamoto, Carvalho e Lima (1979).

das relações sociais e a possibilidade de sua superação (MARX, 1974a, 1974b, 2017; IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, YAZBEK, 2000, 2018a, 2018b).

O “significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social” inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das ‘sequelas’ da *questão social*” (ABEPSS/CEDEPSS,1996). O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de relações e interesses entre as classes sociais. Como a sociedade é portadora de projetos sociais distintos — projeto de classes para a sociedade —, tem-se um terreno histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis de projetos mais amplos para a sociedade.

É a presença de forças sociais e políticas reais — e não mera ilusão — que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais. A possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício — moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo — decorre da relativa autonomia de que dispõe o assistente social, resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. Essa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais.

Nossos esforços voltam-se à construção de um *projeto de Serviço Social* orientado por valores que dignificam o gênero humano, tendo incorporado o *ideário herdado da luta mundial dos trabalhadores na defesa do trabalho e de condições dignas de vida para todos*. São nossos nortes: os valores maiores da liberdade, da justiça, da radicalidade democrática, da igualdade e do respeito aos direitos humanos e da qualidade dos serviços prestados, na perspectiva da construção histórica da emancipação de cada um e de todos os Homens. Este projeto preserva sua autonomia ante os partidos e as forças de esquerda.

Dotado de “caráter ético-político”, dispõe de uma *dimensão de universalidade, impregnando o trabalho cotidiano de interesses da coletividade*. Ele nos desafia a decifrar a história e acumular forças políticas e competência profissional para sua viabilização. Ele representa o *antídoto* para enfrentar a alienação do trabalho indissociável do estatuto assalariado. Este projeto vê-se *tensionado por projetos societários conservadores e liberais* de diversos matizes.

Na construção teórico-política de projetos sociais para os nossos países — construídos de baixo para cima — estão envolvidos partidos e forças de esquerda e movimentos sociais. A eles unimos nossas forças: a força de nossa organização profissional, a contribuição de nossa produção acadêmica e do trabalho profissional em suas dimensões materiais e educativas.

Esse é o horizonte que preside a análise e no exercício do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho na sociedade do capital e o assistente social, enquanto trabalhador especializado, parte do trabalho social médio e membro do trabalhador coletivo.

Porém, o Serviço Social no Brasil tem vivido *um duplo e contraditório movimento*: o mais representativo foi o processo de *ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens*; em sinal contrário, verificou-se o *revigoramento de uma reação (neo)conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam*, apoiada na negação da sociedade de classes (NETTO, 1996).

Este conservadorismo tende a se expandir ante o clima cultural e político prevalecente e a massificação da formação acadêmico-profissional, presencial e a distância, enquanto negócio mercantil lucrativo nas unidades de ensino privadas.

Os(as) assistentes sociais não trabalham com fragmentos da vida social, mas com sujeitos que condensam, em si, a vida em sociedade. A *“questão social”*, envolve uma *arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas*. Foram estas lutas das classes subalternas que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a *“questão social”* para a esfera pública. Ela passa a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e nos serviços sociais públicos, mediações fundamentais do exercício profissional.

Sob a liderança da ABEPSS, o Serviço Social no Brasil construiu coletivamente *uma proposta essencialmente crítica da formação acadêmico-profissional*²² dotada de rigor enquanto *disciplina científica e de capacitação para o trabalho cotidiano, hoje publicada na sua edição trilingue: português, inglês espanhol*.

A formação acadêmica no Brasil tem por fundamento a *“questão social”*, cujas expressões são eixos dos Grupos de Trabalho e Pesquisa da ABEPSS: (1) Serviço Social, fundamentos trabalho e formação profissional; (2) Serviço Social e política social; (3) Trabalho, questão social e Serviço Social; (4) Ética, direitos humano e Serviço Social; (5) Movimentos Sociais e Serviço Social; (6) Serviço Social e relações de exploração/opressão de classe, raça/etnia e sexualidades; (7) Questão agrária, questão urbana e ambiental e Serviço Social; e (8) Classes sociais, geração e Serviço Social. (MAURIEL, 2017; ABEPSS, 2022a).

Em 2022, os 36 Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social incluem 56 cursos, dos quais 36 em nível de mestrado e 20 em nível de doutorado. Nas duas últimas décadas foram expandidas as relações internacionais, com a cooperação acadêmica na formação de docentes e pesquisadores no país e no exterior, a difusão da produção do Serviço Social brasileiro e investigações conjuntas.

²² As diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social são fruto de amplo e diversificado debate acadêmico em oficinas locais, regionais e nacionais. Eles permitiram dar forma à proposta do *“currículo mínimo”* em 1996 (ABESS-CEDEPSS, 1996, 1997a, 1997b), que também contou com o protagonismo e parcela expressiva da intelectualidade da área de Serviço Social na assessoria à então ABESS. Nesse lapso temporal, esta entidade, abriu espaços no Ministério da Educação (MEC-SESU) para a criação da *Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social*, responsável, entre outras funções, por apreciar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação (CNE) as diretrizes curriculares da área, expressando uma articulação política importante para a preservação da proposta original da ABESS.

Tais conquistas têm sido tensionadas *pelo crescimento exponencial do ensino privado que tem a educação superior como mero “negócio”, e a monumental expansão do Ensino a Distância (EAD), cujos egressos já ultrapassam os do ensino presencial em Serviço Social*²³. Esta estratégia emergencial utilizada durante a pandemia tende a enraizar-se no ensino universitário regular em substituição às atividades letivas presenciais, hoje autorizado pelo MEC para até 40% das disciplinas regulares²⁴.

A posição da ABEPSS e das entidades da categoria sustenta²⁵ a incompatibilidade visceral entre o ensino de Serviço Social e EAD na convicção de que *educação não é mercadoria*, desde 2008, com a campanha *Educação não é Fast Food*, que envolveu CFESS, ABEPSS e ENESSO. Tal posição volta-se à defesa da qualidade do ensino superior, contra a massificação e precarização da formação universitária subordinada às exigências dos mercados, e o correspondente aligeiramento/banalização dos conteúdos ministrados, não condizentes com as habilidades e competências estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1999).

O trabalho docente passaria a ser presidido pela insegurança das relações de trabalho, cujo custos é levado a assumir, reduzido à função de “tutor”, contratado por seleção de editais e não por concursos públicos. Registra-se, ainda, dificuldades geradas para o movimento estudantil e a luta sindical com perda na interação de discentes, no diálogo coletivo e em estratégias de mobilização política que contribuem para a formação cidadã. Ao mesmo tempo a EAD fere o eixo do ensino universitário, expresso na articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Desafios ao Serviço Social nas trilhas coletivas da resistência

Na América Latina, atribuições e competências do(a) assistente social têm se ampliado no âmbito das políticas públicas, incluindo sua formulação, avaliação e financiamento além da execução no atendimento às expressões da ‘questão social’ Em tempos de *ultraliberalismo*, as políticas públicas, âmbito privilegiado do trabalho de assistentes sociais, são cada vez focalizadas e condicionadas, mediante a restrição de financiamentos públicos (SALVADOR, BEHRING; LIMA, 2019).

No País, a expansão de espaços ocupacionais na órbita do Estado (nos níveis federal, estadual e municipal) alarga o mercado de trabalho especializado, com destaque ao campo da seguridade social, no atendimento às múltiplas expressões da questão social como desigualdade e rebeldia. A seguridade no Brasil incorpora o Sistema Único de Saúde (SUS) patrimônio dos brasileiros, que foi fundamental na pandemia, guiado pelos princípios da

²³ Informação que me foi repassada pela Presidente do CFESS, na atual gestão.

²⁴ As novas tecnologias da informação e comunicação (TICS) se expandem com o trabalho em *home office*, tanto no trabalho cotidiano quanto no ensino superior. As TICS têm impulsionado tanto a produtividade do trabalho quanto a sua precarização e a informalidade.

²⁵ Pontos sobre a resolução da UFMA (ABEPSS, 2022b).

universalidade, integralidade e participação social, com financiamento e gestão garantidos pelo Estado²⁶.

O *Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*, que inclui: a renda básica de cidadania, o auxílio emergencial aos segmentos da população mais pauperizados, direitos das crianças e adolescentes segundo o Estatuto da Criança- e do Adolescente (ECA) e de Idosos, — conforme o Estatuto do Idoso —, a população de rua no acesso à cidade, aos serviços e à segurança pública; a defesa de mulheres e da população LGBTQIA+ ante a violação de seus direitos; a *Previdência Social*, na busca de manter o Serviço Social na estrutura do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); e recentemente a *obrigatoriedade de serviços de Psicologia e de Serviço Social* nas redes públicas de educação básica no nível nacional — Lei Nº 13.935/2019 (BRASIL, 2019).

Em tempos de recessão e pandemia, os assistentes sociais sofrem com a redução do emprego formal, do acesso aos direitos trabalhistas e ao salário indireto ao afetar o conjunto dos trabalhadores. Cresce o trabalho precário, temporário, a contratação por projetos, que gera insegurança na vida. A experiência do desemprego temporário e a reiterada ameaça de desemprego atingem a sobrevivência material e social do assistente social, que, como qualquer assalariado, depende da venda de sua força de trabalho para a obtenção de meios de vida.

Estamos vigilantes em defesa das condições de trabalho seguras e legalmente protegidas; do piso salarial e a implementação da conquista de jornada de trabalho legal de 30 horas para os assistentes sociais; e, na pandemia, o uso de equipamentos protetores individuais (EPIs) e coletivos e higienização de locais de trabalho.

A informalidade atinge também o mercado de trabalho do assistente social: além do baixo nível salarial, situações de insalubridade e de assédio moral são frequentes. (CFESS, 2021). É preciso ter clareza que as condições de trabalho repercutem na qualidade dos serviços prestados e na relação do assistente social com a população: os projetos são abruptamente interrompidos quando termina o seu financiamento temporário, expectativas da população envolvida nas atividades são frustradas, a legitimidade obtida para realização do trabalho do assistente social é truncada, além das implicações éticas aí envolvidas²⁷.

Nesse universo, apreender as expressões da “questão social” vividas pelos sujeitos como tensa unidade de desigualdades e rebeldias abre trilhas para a resistência coletiva numa dupla perspectiva; a) para identificar como os conflitos de classes incidem nas respostas do Estado no âmbito das políticas públicas e na inserção do Serviço Social no seu âmbito, tendo em vista construir alianças com os sujeitos sociais que são alvo das ações profissionais; b) para desenvolver ações de assessoria, formação e apoio técnico aos

²⁶ A importância do SUS, reforçada na pandemia, une-se à política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas, a reforma psiquiátrica (contra comunidades terapêuticas e internação compulsória).

²⁷ Cf. Raichelis (2011) e Raichelis, Vicente e Albuquerque (2018).

grupos organizados e movimentos sociais com quais temos interlocução profissional e política²⁸.

A formação acadêmica em Serviço Social está atenta às questões de nosso tempo nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão. E alimenta-se da esperança, forjada nas trilhas coletivas da resistência!

Soldar uma unidade do Serviço Social no cenário mundial envolve uma construção coletiva político-profissional que, reconhecendo nossas diferenças, possibilite um debate acadêmico profícuo em relação às formas de explicar, direcionar e realizar a nossa realidade contemporânea e o Serviço Social nela inscrito. Mas é, também, buscar aquilo que “permanece na mudança”, na feliz expressão de Lukács (2003).

Finalizo, com as palavras de ativistas do Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, na despedida de Bruno Pereira, em 24 de junho de 2022:

De nossa parte, continuaremos a luta, estamos em guerra, não vamos parar! [...] Adeus para sempre, Bruno. Seguirá havendo cantos nos terreiros, seguirá havendo flechas nos arcos, seguirá havendo espíritos que habitam nas florestas. Os inimigos dos povos do Javari vão fracassar. Com todos os sonhos indígenas, estás também nos nossos sonhos. Plantado hoje na terra como maniva, vai fazer germinar mais florestas, vai inspirar mais vida nas aldeias que te acolheram. E vai ter milhares de centímetros a mais de terra indígena na Amazônia

E completo com Carlos Drummond de Andrade, no “Canto brasileiro”:

Brasileiro sou, moreno irmão do mundo é que me entendo e livre irmão do mundo me pretendo (Brasil, rima viril de liberdade).

Referências

ABEPSS. **GTPS** [Grupos Temáticos de Pesquisa]. 2022a. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/gtps.html>. Acesso em: 24 jun. 2022.

ABEPSS. **Pontos sobre a resolução da UFMA**. 2022b. Disponível em: https://www.abepss.org.br/noticias/abepss-se-posiciona-contraria-aos-retrocessos-do-reuni-digital-e-de-uma-minuta-da-ufma-541https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20220608_consideracoes-sobre-a-resolucao-da-ufma-202206301855082457420.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

ABEPSS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996) Formação profissional. trajetória e desafios. **Cadernos ABESS**, São Paulo, Edição especial, n. 7, p. 58-76, 1997a.

²⁸ Aqui nos inspiramos em sugestões de Duriguetto e Marro (op. Cit).

ABEPSS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, São Paulo, Edição especial, n. 7, p. 15-58, 1997b.

ABEPSS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social e Sociedade* nº 50. O Serviço Social no século XXI, São Paulo, Cortez Ed, p. 143-171, abr. 1996.

ABRAMIDES, M. B.; CABRAL, S. **O novo sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

ALAETS/ CELATS *Cuadernos Celats* 13 (2 vols). XII Seminário Latinoamericano de Trabajo Social: Movimientos Sociales, Educación Popular e Trabajo Social, na Universidad de Antioquia, em Medellin, Colombia, de 7 a 11 de julho de 1986.

ALTINO, L. Sob ameaça constante ambientalistas e ativista sofrem com a violência. *Jornal O Globo*, 16/6/2022, p. 12.

ANDRADE, C. DRUMMOND de. Canto brasileiro. In: **Carlos Drummond de Andrade**: Poesia e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983. p487-488.

ASSIS, D. **Provável assassinato de desaparecidos na Amazônia teve método usado pelos militares na guerrilha do Araguaia**. *Blog Brasil* 247, 13 jun. 2022. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/provavel-assassinato-de-desaparecidos-na-amazonia-teve-metodo-usado-pelos-militares-na-guerrilha-do-araguaia>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BASTOS, E. K. X. Panorama da economia mundial. **Carta de Conjuntura**, 2 jun. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/06/panorama-da-economia-mundial/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

BATISTONI, M. R. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (org.). **A história pelo avesso**: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021. p. 71-94.

BEHRING, E. R. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

BOSCHETTI, I. BEHRING, E.; LIMA, L. **Marxismo, política social e direito**. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, Edição 240, Seção 1, p. 7, 12 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.** Acrescenta o dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12317.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. MEC-SESU-Coordenação da Comissão de Especialistas de Ensino. Comissão de Especialistas de Ensino (CCEE). Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social (CONESS). **Diretrizes Curriculares.** Curso Serviço Social. Brasília, fev. 1999. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf. Acesso em: 24 jul. 2014.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social.** 10. ed. 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 4 jun. 2018.

CFESS. **Direito se conquista:** a luta dos/as assistentes sociais pelas 30 horas semanais. Brasília: CFESS. Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta, 2011.

CFESS. **Seminário Nacional do Congresso da Virada: 1979-2009.** Começaria tudo outra vez se preciso fosse. Brasília: CFESS, 2012.

CFESS. **Diálogos no Cotidiano:** Assistente Social: Reflexões sobre o trabalho profissional. Brasília, CFESS, (DF) 2021.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro**, São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2001.

CHESNAIS, F. As raízes da crise econômica mundial. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 21-37, 2013.

CONFERÊNCIA Popular: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Manifesto pela Soberania Alimentar e superação da Fome.** Por um Brasil com democracia, direitos, dignidade e comida de verdade. Disponível em: <https://conferenciassan.org.br/wp-content/uploads/2022/06/ManifestoEleicoesV6.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2022.

CUT BRASIL. Salário mínimo ideal em abril deveria ter sido de R\$ 6.754,33, diz Dieese. **CUT Notícias**, maio 2022. Disponível em: <https://mundosindical.com.br/> Acesso em: 16 jun. 2022.

DANTE, A. **A Divina Comédia:** Inferno. Estudo introdutório de Otto Maria Carpeaux, Ilustrações de Gustave Doré, Tradução de Xavier Pinheiro. 12. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

DURIGUETTO, M. L.; MARRO, K. Í. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos da ruptura com o conservadorismo. In: OLIVEIRA e SILVA, M. L. (org.). **Serviço Social no Brasil:** história de resistências e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez ed., 2014, p.97-118.

DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. **Movimentos e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 177-194.

ELPÍDIO, M. H. Preparando a ‘Virada’: a contribuição do CELATS no redimensionamento da organização e da formação profissional do Serviço Social brasileiro. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS C. M. (org.). **A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021. p. 271-293.

FERNANDES, F. Introdução. In: FERNANDES, F. (org.). **K. Marx e F. Engels: História**. São Paulo: Ática, 1983. p. 9-145. (Grandes Cientistas Sociais).

IAMAMOTO M. V., CARVALHO, R.; LIMA, L. Encuentro Nacional de Capacitación Continuada. Rio de Janeiro. Brasil. **Acción Crítica**, Lima, n. 6, p. 32-37, set. 1979.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas do Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, A. E. et al. (org.). **Serviço Social e Saúde: formação e profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: OPAS; OMS Ministério da Saúde, 2009. p. 161-196.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, questão social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M. V. et al. **O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes teóricos, interlocuções internacionais e memória**. UERJ/CNPQ, 2016.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V.; RAICHELIS, R. D.; BRAVO, M. I. A pesquisa científica no Serviço Social: gênese e atualidade. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS C. M. (org.). **A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021. p. 219-244.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS C. M. (org.). **A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.

IANNI, O. Enigmas do pensamento latino-americano. In: IAMAMOTO, M. V.; BEHRING, E. R. **Pensamento de Octavio Ianni: um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ; CEOI-UERJ, 2009. p. 195-244.

IANNI, O. **O labirinto latino-americano**. Petrópolis: Vozes, 1993.

IBGE. **Amazônia Legal 2021**: mapa. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?%2520=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 15 jul. 2022.

JORNAL O GLOBO. **Economia Política monetária contra a alta dos preços**: evolução das taxas em dois países, p. 13, 16 jun. 2022.

LOPES, J. B. O movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco da construção da alternativa crítica da profissão: a mediação da organização acadêmico político e do protagonismo do Serviço Social brasileiro. In: OLIVEIRA e SILVA, M. L. (org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2014. p. 311-344.

LOWY, M. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARRO, K. I. O que uma universidade pode aprender quando coloca seus pés em um acampamento sem-terra? In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. **Movimentos e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. p.195-177.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livros I, II e III. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. Introdução à crítica da Economia Política (1857). In: **Marx**. São Paulo: Abril Cultural, 1974a. p. 107-138. (Os Pensadores).

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974b.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo: Grijalbo, 1977.

MAURIEL, A, P. O. Os grupos temáticos de pesquisa da ABEPSS na relação entre graduação e pós-graduação. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p 226-271, maio/ago. 2017.

MOTA, A. E.; AMARAL, A.; VIEIRA, A. (org.). **Serviço Social no Nordeste**: das origens à renovação. São Paulo: Cortez, 2022.

NACOES UNIDAS; CEPAL. **Repercusiones en América Latina y el Caribe de la guerra en Ucrânia**: ¿Como enfrentar esta nueva crisis? Coordenação de Mario Cimoli, 06 jun. 2022, 27 p. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/node/56331>. Acesso em: 14 jun. 2022.

NALIN, C. País tem 23 milhões abaixo da pobreza. **Jornal O Globo**, p. 15, 16 jun. 2022.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez Ed., 1991.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospetiva do da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

NETTO, J. P. Para uma história nova do Serviço Social. In: OLIVEIRA e SILVA, M. L. (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 49-77.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA E SILVA, M. L. (org.). **Congresso da Virada e Serviço Social Hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019.

OXFAM, Brasil. **Racismo Institucional Mata**. Nota pública sobre o aumento da violência do Estado brasileiro sobre a população negra, com assassinatos e violações de direitos humanos, 27/05/2022. www.oxfam.org.br

PERTILLO, J. P. Superar, aniquilar e conservar: a filosofia da história de Hegel. **IHU: Revista da Instituto de Filosofia da UNISSINOS**, ed. 430, 21 out. 2013.

QUIROGA, C. (org.). **Compendio sobre la metodologia del Trabajo Social**. Buenos Aires: Ecro, 1973a.

QUIROGA, C. (org.). **Compendio sobre la reestructuración de la carrera de Trabajo Social**. Buenos Aires: Ecro, 1973b.

OLIVEIRA e SILVA, M. L. (org.). **Congresso da Virada e Serviço Social Hoje: Reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez ed., 2019.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente as violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, jul./set. 2011.

RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (org.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PENSSAN). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN: relatório final**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. (Análise; 1) [livro eletrônico].

REUTERS GENEBRA. ONU estima 8,3 milhões de refugiados da Ucrânia este ano: mais de 12,7 milhões de pessoas fugiram do país nos últimos dois meses. **Agência Brasil**, abr. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-04/onu-estima-83-milhoes-de-refugiados-da-ucrania-este-ano#>. Acesso em: 15 maio 2022.

ROCHA, A., ALFANO, B.; MERGULHÃO, A. Sangue na floresta: para sempre no coração da Amazônia. Brun e Dom, duas forças que se uniram para defender indígenas. **Jornal O Globo**, p. 10, 16 jun. 2022.

SALVADOR, E.; BEHRING, E. LIMA, R. de L. (org.). **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social.** São Paulo: Cortez, 2019.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: GUERRA, Y.; LEGOY, A. A.; SERPA, M.; SILVA, J. F. S. (org.) **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica.** 1. ed. São Paulo: Papel Social, 2018a.

YAZBEK, M. C. Serviço Social, questão social e políticas sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. **Serviço Social em Revista**, v. 21, n. 1, p. 183-194, 2018b.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: CEAD-UNB (org.). *Curso Programa de capacitação continuada para assistentes sociais.* Brasília-DF: CEAD-UnB, 2000. v. 4. p. 19-34.

YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (org.). *Serviço Social na História.* América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

Submetido em: 22/08/2022

Revisto em: 03/11/2022

Aceito em: 05/09/2022